

Movimento fará ato público para construção de creches

O Movimento de Luta por Creche, que reúne moradores de bairros da Capital, realizará no próximo domingo às 15 horas, no largo São Bento, um ato público para reivindicar a construção desses estabelecimentos em bairros populares, na periferia e nos locais de trabalho.

Esse ato público deverá marcar o início da Semana da Criança, promovida pelo movimento, e no dia 10 uma comlssão, acompanhada por moradores da zona Sul, pretende ir ao Ibirapuera às 9 horas, para reivindicar ao prefeito Reinaldo de Barros a construção de uma creche na região.

Durante dois meses, as seis regionais que integram a coordenação do Movimento de Luta por Creche (Norte, Sul, Leste, Oeste, Sudoeste, e Intersindical) estão programando manifestações semelhantes, também no gabinete do prefeito. Depois disso, em dezembro, será realizada uma assembléa geral de avaliação. Tanto no ato público de domingo, como nas concentrações na Prefeitura, os moradores deverão levar crianças, que estão ensaiando músicas e peças de teatro, alusivas à campanha.

CRITICAS

As medidas que têm sido adotadas pela Prefeitura e pelo Estado para resolver o problema de creches estão sendo duramente questionadas pelo movimento que considera que os convênios firmados com instituições particulares não estão atendendo aos objetivos propostos. Para as mães presentes a uma reunião realizada ontem, na Sociedade Brasileira de Defesa da Vivência Urbana, algumas destas entidades ressaltam que os serviços prestados são "de favor", quando, na verdade, "eles constituem um direito do trabalhador, que paga impostos". Além disso, estes convênios pagam apenas 70% das despesas com cada crian-



Na reunião, críticas às soluções adotadas para as creches.

ça e, o restante tem de ser desembolsado pelos pais, que muitas vezes não podem arcar com as despesas para manter seus filhos nas creches.

Estas dificuldades financeiras acabam prejudicando o atendimento prestado às crianças que, em muitos casos também não contam com assistência especializada. Embora a experiência realizada na creche Menino Jesus, em Vila Daiva, construída em mutirão pela população local, tenha sido analisada e algumas pessoas aceitem este sistema de construção como uma medida paliativa, os pais reivindicam que os poderes públicos cubram todas as despesas de funcionamento.

PRECARIEDADE

Em muitos bairros, como os Jardins Capela e Carioca, as creches sobrevivem precariamente, às custas de campanha "do quilo" ou da "colher", quando cada família contribui com uma parcela de alimentos para as crianças. Outro problema discutido refere-se ao horário de funcionamento, "que não atende à população trabalhadora, por ser muito restrito".

Desta vez, não estão sendo discutidas apenas as medidas adotadas pelos poderes públicos para diminuir a intensidade do problema e consideradas paliativas. A própria forma de estruturação

das creches está sendo debatida. Os pais querem que elas funcionem atendendo às necessidades específicas de cada bairro e, não adaptadas a padrões pré-estabelecidos.

Por isto, eles defendem a discussão dos problemas pela própria comunidade, que apontaria as melhores soluções a serem adotadas nesses estabelecimentos, tornando, ainda, maior a participação de cada um na educação de seus filhos. Atualmente, os pais não têm o direito de opinar sobre o funcionamento das creches onde seus filhos passam a maior parte do dia.

O Movimento está estudando também modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, que determina que as empresas onde trabalhem mais de 30 mulheres, com mais de 16 anos, tenham berçários. Além deste item não ser obedecido pela maioria dos empregadores, ele não resolve o problema. Por isto, a sugestão em estudos fala em um imposto, a ser pago por todas as firmas, independente do fato de se empregar mulheres, que seria destinado especificamente para a construção de creches pelo Estado ou pela Prefeitura. O Movimento de Luta por Creche surgiu em março deste ano, durante o Congresso da Mulher Paulista, quando a necessidade de creches foi considerada prioritária, embora alguns bairros, como o de M'Boi Mirim, venha discutindo este problema há mais de sete anos.

17 Problemas na favela de V. Dalva

A creche Menino Jesus, construída pelos moradores de Vila Dalva e inaugurada pelo prefeito Reinaldo de Barros no último dia 18 de agosto, já está enfrentando problemas de falta de recursos e de equipamentos. O secretário da diretoria, João Alves Teixeira, diz que, no último acerto de contas, "o caixa ficou a zero e até o dia 12, quando a Prefeitura entregará o dinheiro do convênio, a creche dependerá de doações para sobreviver".

Construída e administrada pelos favelados, a creche Menino Jesus recebe atualmente 75 crianças, com uma despesa mensal que atinge quase 100 mil cruzeiros. E depende de alguns equipamentos como fogão, mesas, geladeira, para poder dar abrigo a mais 25 crianças, preenchendo assim o total das vagas. Inicialmente, o projeto previa o atendimento de 130 crianças mas, devido a dificuldades financeiras, esse número foi reduzido para 100.

Além dos equipamentos prometidos, "e que já devem estar comprados, mas ainda não foram entregues", a creche precisa de alguns melhoramentos, principalmente a construção de um muro, cercando todo o terreno, "que é constante-

mente invadido por pessoas estranhas", segundo João Alves Teixeira. A atual diretoria está considerando, também, fundamental um telefone e se possível um carro para fazer as compras.

Com o orçamento atual "não é possível se pensar em ter aquilo que acabamos de enumerar", afirmou o secretário, pois estamos economizando até na compra dos alimentos mais caros, como a carne, embora isso não queira dizer que as crianças estejam passando fome". Mas João Alves Teixeira considera "o problema crítico, porque a maior fonte de renda é o convênio com a Prefeitura, que dá uma verba mensal de Cr\$ 1.078,00 para cada criança.

DESCONTO NA FONTE

Afirmou, entretanto que a creche recebe somente 65% desse dinheiro, sendo o restante descontado ainda na fonte. Segundo João Teixeira, "o convênio deveria ser feito em bases que levem em conta o custo de vida. Gastamos uma média de Cr\$ 5 a 6 mil de carne por mês, mais Cr\$ 2 mil com pão, isso sem contar o arroz, feijão, leite, remédios e pagamento dos oito funcionários, que recebem o salário mínimo".

Para aumentar o número de crianças, a creche deveria contratar pelo menos mais duas pessoas, mas com a atual receita, "isso é impossível, porque nos obrigaria a comprar menos comida, e essa medida nós não tomaremos", acrescentou.

A favela da Vila Dalva, formada por 1.500 barracos, não tem condições de contribuir mais do que vem fazendo para a manutenção da instituição. A casa recebe doações de pessoas de outros bairros, "mas não podemos contar com esse alimento, porque não são fornecidos regularmente".

A CRECHE

As 6h40, a creche já começa a funcionar. Antes de ir ao trabalho, as mães entregam as crianças aos funcionários, voltando a apanhá-las às 17 horas, quando retornam para casa. A primeira refeição — pão, leite e manteiga — é servida às 8 horas. Por volta das 9h30, as crianças recebem um pequeno lanche, com laranjada ou limonada. Às 11 horas, é servido o almoço, inclusive para os 12 recém-nascidos, que se alimentam à base de leite comprado. Na parte da tarde, são servidas mais duas refeições: às 14 horas, chá, e às 16, sopa.

Creche "Menino Jesus" pede maior assistência



A creche já precisa economizar alimento

A creche "Menino Jesus", da favela de Vila Dalva, inaugurada pelo prefeito Reinaldo de Barros no dia 18 de agosto passada, está solicitando mais apoio e assistência por parte das autoridades. Segundo a secretária da diretoria, João Alves Teixeira, na última acerto de contas, "a caixa ficou a zero e até o dia 12, quando a Prefeitura rotineiramente entrega o dinheiro do convênio, a creche dependerá de doações para sobreviver". Construída pelos moradores e sendo inclusive administrada por eles, a creche hospeda atualmente 75 crianças, com uma despesa mensal que atinge quase 100 mil cruzeiros.

Mesmo em pleno funcionamento, conforme explicou o secretário, o caso depende de alguns equipamentos básicos, como fogão, mesas e geladeira, para poder dar abrigo a mais 25 crianças, encerrando-se, assim, as vagas. "A capacidade, pela projeto inicial, era de 130 crianças, mas devido às dificuldades financeiras, o atendimento será possível apenas a 100", disse João Teixeira.

"Além dos equipamentos prometidos — continuou — e que devem estar já comprados, mas ainda não foram entregues, a creche precisa de melhoramentos em sua infraestrutura principalmente a construção de um muro cercando todo o terreno, que é constantemente invadido por pessoas estranhas". A atual diretoria está considerando também fundamental um telefone e se possível um carro para fazer as compras.

"Com o orçamento atual não é possível se pensar em ter aquilo que acabamos de enumerar — afirmou o secretário —, pois estamos economizando até na compra dos alimentos, como a carne e outros produtos, embora isso não queira dizer que as crianças estejam passando fome". Mas João Alves Teixeira considera "o problema um pouco crítico, porque a maior fonte de renda é do convênio assinado com a Prefeitura que dá uma verba mensal para cada criança, da ordem de Cr\$ 1.078,00".

CRECHE DA

PENHA ESTÁ PRATICAMENTE

Centenas de crianças que frequentam a Creche da Penha, localizada na rua Dr. Orência Vidigal, são obrigadas a conviver com ratos, sujeira e muita lama. A reclamação é dos próprios funcionários da creche, que, cansados de ouvirem reclamações das mães, recorreram ao administrador Regional da Penha para que o córrego Rincão e o pontilhão que dá acesso à creche fossem objeto da atenção das autoridades.

Entretanto, mesmo advertindo os responsáveis pela administração Regional da

crianças, até agora nenhuma providência foi tomada: o córrego permanece o mesmo, o pontilhão continua intransitável e a área livre, ao lado da creche, ainda serve de "lixão", pois a própria Prefeitura descarrega naquele local todo tipo de detritos.

CHUVA AGRAVA PROBLEMAS

Ontem, com as fortes chuvas, o acesso à creche tornou-se quase impossível e muitas mães não conseguiram transpor o "lixão" para levar as crianças. Pelo menos 50 das 180 crianças

que, segundo funcionários, é um grave problema para as mães, que, sem terem onde deixar seus filhos, foram obrigadas a faltar ao serviço.

O abandono em que se encontram o córrego do Rincão, o pontilhão de acesso e a área livre existente naquele local não causa problemas somente para a creche, mas para grande parte dos moradores da rua Dr. Orência Vidigal, entre os quais aqueles cujos filhos estudam na EEPG "Professora Marisa de Melo." Segunda-feira, devido à chuva, muitos pais não conseguiram utilizar o acesso para levar as crianças à escola.

LIÇÃO

Cláudio Garcia, residente na rua Dr. Orência Vidigal, explicava ontem que "estamos enfrentando sérias dificuldades de acesso à escola devido ao "lixão" que a Prefeitura está improvisando no local. Não bastasse a lama que ali se acumula nos dias de chuva, o tráfego de caminhões da Prefeitura que vêm descarregar entulho e lixo transforma o acesso num verdadeiro desafio aos maiores equilibristas, que, apesar de acostumados a escapar dos ratos e da sujeira, não têm como vencer a lama".

ILUMINADA

Prefeitura corta verba de creche

Os favelados de Vila Dalva que construíram e estão administrando a creche "Menino Jesus", inaugurada pelo prefeito Reinaldo de Barros no último dia 18 de agosto, terão que enfrentar a seu modo o problema de falta de recursos para a sua manutenção. O convênio com a Prefeitura, que fornece verba mensal de Cr\$ 1.078,00 para cada criança, não poderá ser feito como querem os moradores, pois o benefício não tem condições de ser modificado e além disso "os moradores quando assumiram a construção da creche, já deveriam saber que teriam que cobrir a suplementação da verba", afirmaram ontem

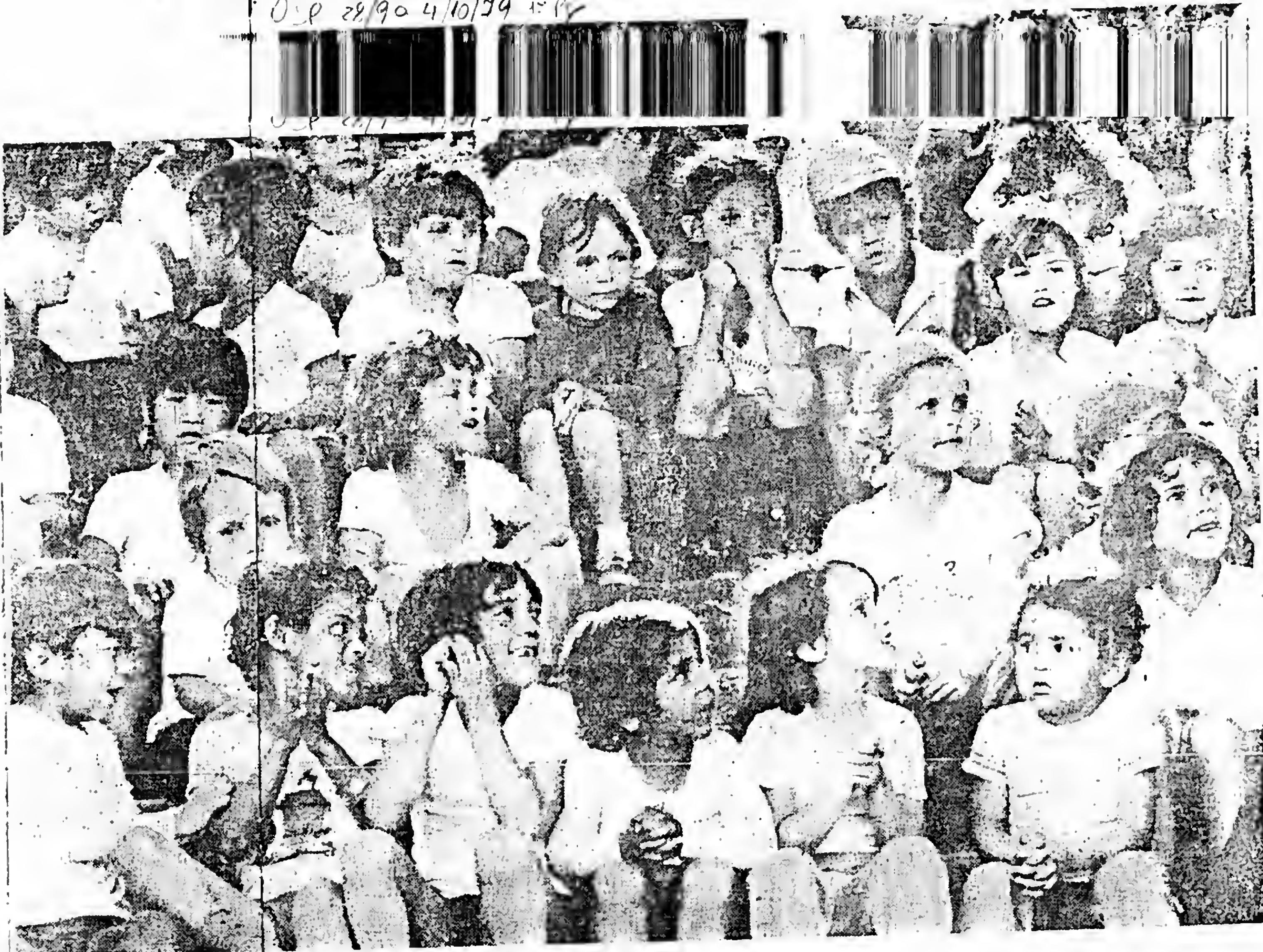
assessores da Coordenação do Bem-Estar Social.

Os assessores da Cobes reconhecem que "a verba é curta", mas acreditam que com mais experiência, os moradores de Vila Dalva poderão racionalizar melhor a administração da entidade: "O aumento de recursos não depende de nós e é realmente impossível. Os favelados devem pedir orientação à Supervisão da Assistência Social da Administração Regional do Butantã, que poderá auxiliá-los no problema tentando canalizar outras fontes de recursos".

Outra fonte seria —

segundo os assessores — um subconvênio da Cobes com o Inan — Instituto Nacional de Nutrição —, para garantir parte da alimentação às crianças da creche. Mas isso deve ser solicitado pelos moradores ao Serviço de Supervisão Social da Regional do Butantã, informaram. Outra solução seria a isenção dos impostos que a creche paga sobre a verba recebida da Prefeitura (aquela recebe 65% da verba), mas isso também parece inviável, segundo a Cobes, pois "a entidade precisaria ter no mínimo três anos de funcionamento para ser considerada de utilidade pública e então isenta dos impostos".

A família na América Latina



Qual é o objetivo do planejamento familiar imposto pelos compromissos internacionais?

Neste mês de outubro, entre os dias 1 e 7, celebramos a Semana da Família. O Documento de Puebla que trata da evangelização no presente e no futuro da América Latina, considera a família como o primeiro centro de evangelização. João Paulo II, no discurso de abertura da Assembléia do CELAM, declarou insistentemente: "Faça todos os esforços para que haja

uma pastoral familiar. Atendi a este campo prioritário com a certeza de que a evangelização do futuro depende em grande parte da Igreja doméstica. Ela é a escola do amor, do conhecimento de Deus, do respeito à vida, da dignidade do homem". O teólogo Benedito dos Santos analisa nesta edição, não só os problemas específicos da família, mas também os problemas próprios da

realidade latino-americana, como o subdesenvolvimento, o planejamento familiar imposto pelo objetivo dos compromissos internacionais, o comércio do sexo. Não estuda apenas os pontos negativos que atingem a estrutura da família, mas aponta novos caminhos para uma pastoral bem de acordo com a mentalidade da Igreja hoje.

(Leia na página 5)

A força histórica dos trabalhadores

A próxima assembléia da Regional Sul-1 da CNBB, a ser realizada em Itaici nos dias 5, 6 e 7, terá como um dos pontos centrais do projeto a evangelização dos operários. A importância dos operários cresce dia-a-dia, na medida mesma em que se incrementa o processo de industrialização de

nossos países. O surgimento e a organização da força operária constitui mesmo um dos "sinais dos tempos" que desafiam especialmente a missão evangelizadora dos cristãos, e de todos os que projetam e procuram um novo modelo de vida social, baseada na dignida-

de humana e na justiça solidária.

Essa multidão de proletários forma hoje na América Latina, e em nosso País, o mundo operário, o interlocutor que interpela a mensagem evangelizadora e libertadora do Evangelho. É o que nos diz nosso editorialista G.G. na página 3.

Por falar em classe operária, nesta 2.a-f. terá início, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, no Ipiranga, um simpósio sobre o mundo do trabalho. A abertura caberá a D. Angélico, e o expositor será Francisco Wellfort, e o debatedor, Azis Simão; na 3.a-f., o expositor será Paulo

Singer, e os debatedores José Alvaro Moisés e Carmem Cinira Macedo; na 4.a-f., Waiter Barelli, Lula, Zé Pedro; na 5.a, Plínio de Arruda Sampaio e Waldemar Rossi, e na 6.a-f., Padre Bernardino, Fernando Henrique, Delelis, Irma Passoni e José Ibrallum.

Movimento faz ato público para reivindicar creches

"Ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar, quero ver a creche a hora, bem aqui neste lugar." Ao som da tradicional musiquinha infantil, cerca de 300 pessoas, incluindo os menores, concentradas no pátio do Colégio de São Bento, iniciaram ontem a Semana da Criança, com um ato público em protesto contra a falta de creches. A concentração deu continuidade ao Movimento de Luta por Creches iniciado em março deste ano, durante o Encontro da Mulher Paulista.

O ato público, do qual participaram as cinco regionais do Movimento, que reivindica da Prefeitura a construção de creches próximas aos locais de trabalho e de habitação, foi apenas o início de uma intensa campanha. No próximo dia 10, pessoas de diversos bairros da Capital irão em caravana até a Prefeitura, onde "pretendemos exigir, de quem de direito, que se cumpram promessas feitas há anos", disse uma das organizadoras do encontro.

Desta vez, os moradores da periferia estão dispostos a pressionar as autoridades municipais "tantas vezes quantas se fizerem necessárias para exigir um direito de todo o trabalhador". Mas os pais pretendem muito mais que a simples construção de creches totalmente pagas pelos órgãos públicos, querem participar da organização do estabelecimento, da discussão dos problemas, "transformando os simples depósitos de crianças que existem hoje em verdadeiras creches, onde nossos filhos serão educados", como salientou uma das representantes.

DISTORÇÕES

Atualmente, a Prefeitura possui apenas três creches diretas, isto é, estabelecimentos totalmente mantidos pelos poderes públicos. O restante são particulares ou indiretas, quando a Prefeitura controla o prédio e entrega sua direção a entidades particulares, pagando, através de convênio, apenas a manutenção de 70% das crianças que frequentam a instituição.

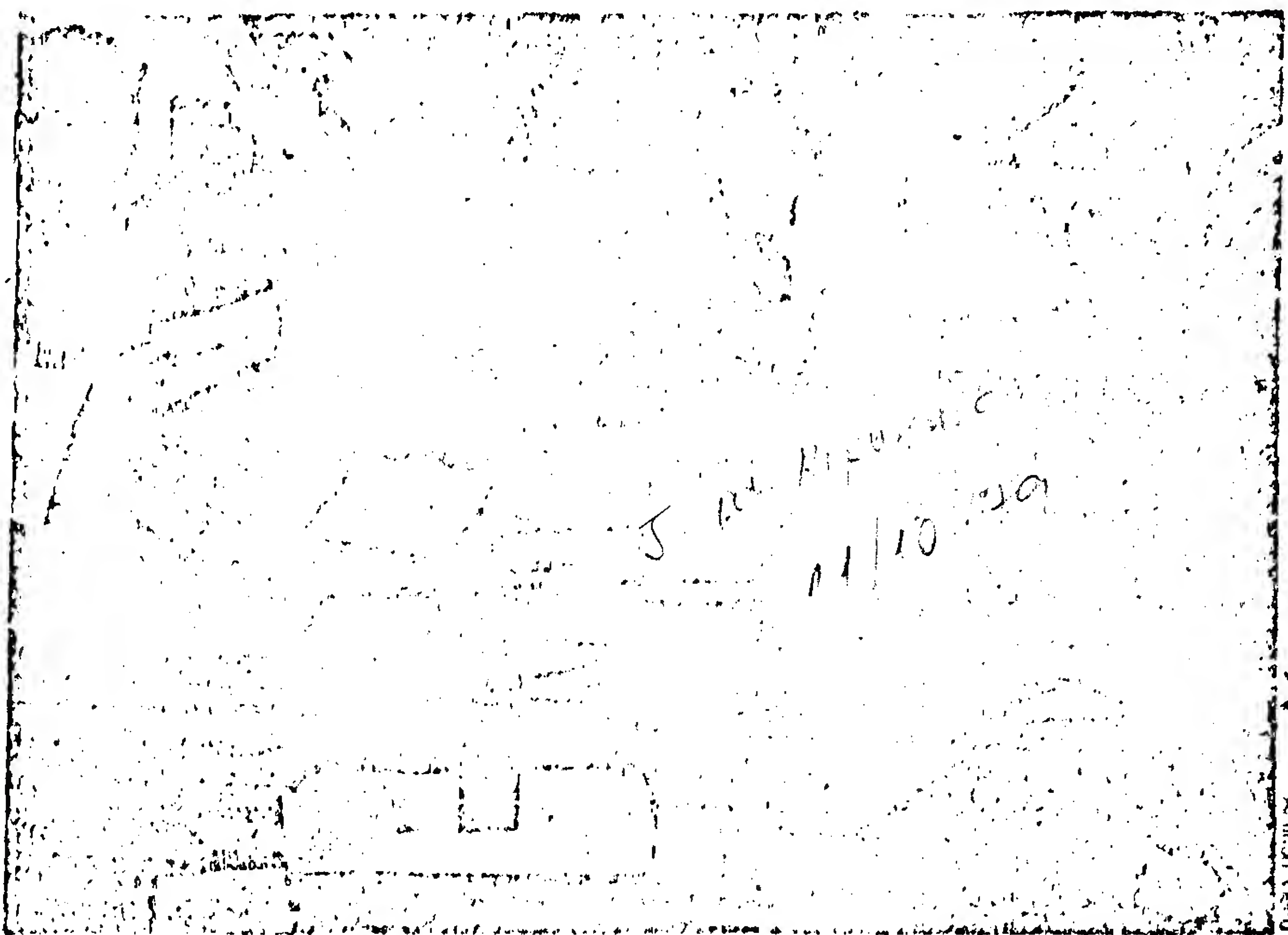
Para os organizadores do movimento, esta verba não dá nem para o pagamento do pessoal necessário, criando outras distorções, como a falta de especialistas, enquanto as dificuldades financeiras tornam precário o atendimento. Na maioria das vezes, as creches sobrevivem com a ajuda dos moradores do bairro, que fazem campanhas para conseguir alimentos. Além disso, os pais são obrigados a pagar taxas que muitas vezes, tornam impossível a manutenção das crianças, nos estabelecimentos.

Os integrantes do Movimento de Luta por Creches salientam que as promessas feitas pelos governantes nunca são cumpridas, como acontece, por exemplo, no Parque Ipê, onde a Administração Regional prometeu, há cinco anos, a construção de uma creche, que até hoje não foi erguida. Os integrantes não aceitam as alegações de falta de verbas, dizendo que o governo pretende fazer obras suntuosas e desnecessárias, como a mudança da Capital, recusando-se a resolver os problemas reais da periferia.

Em um documento elaborado pela comissão da zona Leste, os integrantes afirmam que "os órgãos do Estado e a Prefeitura não se obrigam a trabalhar como nós trabalhamos para a sobrevivência de nossas creches. E, na tentativa de nos enganar, prometem. Quando as promessas se concretizam, só nos chegam migalhas e ainda impõem uma total submissão nossa a quem deu a migalha, como se nós fossemos os únicos res-

ponsáveis pelas péssimas condições em que vivemos. Quando o verdadeiro responsável é o governo e a estrutura que o garante: o Estado".

Os oradores enfatizaram que o "prefeito só se lembra dos patrões e nunca dos trabalhadores: os nossos filhos fazem parte da sociedade e vão dar lucro para ela quando forem trabalhar. Por isto, é um direito da classe trabalhadora, que paga impostos, a manutenção integral das creches pelos poderes públicos". A deputada estadual Irma Passoni disse que todos os presentes devem comparecer à Prefeitura no próximo dia 10, porque "não se pode deixar passar o Ano Internacional da Criança, que também é o Ano Internacional da Fome, sem realizar um grande protesto".



O PREFEITO E AS MÃES

Nos planos, soluções para todos os problemas da periferia

PERIFERIA

Promessa: 830 creches

O plano, porém, depende de 9 bilhões do BNH

TARCÍSIO DE SOUZA

Desta vez, o prefeito Reynaldo de Barros estava preparado. E, quando a comissão de mães entrou em seu gabinete para reivindicar a criação de creches em trinta bairros da Zona Sul, ele sacou a carta da manga do paletó: um projeto já encaminhado ao BNH para a construção de 830 creches, com a participação dos pais e da comunidade na orientação pedagógica, no valor de 9 bilhões de cruzeiros. Mas, mesmo assim, o encontro do prefeito com as mães não foi tranquilo e Reynaldo, tentando convencê-las de seu grande interesse em resolver não só esse mas muitos outros problemas da periferia da cidade, chegou até a afirmar que abandonará o cargo, caso não consiga os recursos necessários.

As mães, a maioria com crianças, começaram a chegar à prefeitura perto das 9 horas, em nove ônibus fretados e cantando paródias de músicas infantis (O meu pai trabalha duro/ o dinheiro nunca dá/ nos queremos uma creche/ pra mãe não ir trabalhar). Também levavam faixas e cartazes e gritavam palavras de ordem como «vem cá, prefeito; atende as crianças direito». E logo tiveram uma decepção: o prefeito só receberia uma comissão (cerca de 20 das mais de 224 mães que estavam no Heliptero) e

nem ao mesmo tempo acompanhadas do vereador Benedito Cunha, porque a reunião seria totalmente dedicada aos vereadores.

No gabinete, a porta-voz do grupo expôs os seus motivos: elas pertencem ao Movimento de Luta por Creches, representam ali cerca de trinta bairros da Zona Sul e há mais de sete anos tentam conseguir locais onde possam deixar seus filhos em segurança, enquanto trabalham fora para ajudar o marido na manutenção da casa.

Reynaldo de Barros respondeu que, como todas elas sabem, está há apenas três meses no cargo e que sua prioridade é para a periferia. Nesse momento, um assessor começou a mostrar, num mapa, os locais que serão beneficiados pelo projeto: Campo Limpo, Cupecó, Zona Leste, Zona Norte, Tupyruva, Vila Prudente, Iguatema. E disse, também, que o plano prevê, além das creches, a construção de escolas, centros esportivos, o asfaltamento e iluminação de ruas, a instalação de postos de saúde.

O prefeito voltou a falar, então, do seu interesse em resolver os problemas da periferia. «Ninguém está mais interessado do que eu em...» E foi interrompido pelas mães: elas é que são as maiores interessadas, porque moram lá. Ai, Reynaldo de

Barros passou ao patético. No dia 12 de novembro, prometeu, receberá não só uma comissão, mas todas as pessoas que forem à prefeitura. E abandonará o cargo caso não tenha conseguido os recursos para as obras na periferia. Mais tarde, já sem a incômoda presença das mães, ele modificaria um pouco a história: «Se me derem 9 bilhões, eu cumprio esse plano; se me derem menos, vou ter de mudar. Tenho de dançar segundo a música».

Bairros da zona Sul pedem mais creches

A tranquilidade do Parque Ibirapuera foi quebrada, ontem cedo, no pátio de frente ao gabinete do prefeito Reinaldo de Barros, quando aproximadamente 200 pessoas — a maioria mulheres e crianças — desceram de ônibus fretados e automóveis para realizar ruidosa manifestação de protesto, exigindo a criação de "mais creches gratuitas".

Representando 26 bairros da zona Sul, os moradores se concentraram diante do pavilhão Manoel de Nóbrega, ao lado da entrada principal do prédio do gabinete do prefeito, acompanhados pela deputada estadual Irma Passoni e pelo vereador Benedito Cintra, do MDB.

Enquanto o serviço de segurança fechava apressadamente as portas do pavilhão, impedindo que os manifestantes entrassem até que fosse decidido se o prefeito aceitaria recebê-los, faixas e cartazes foram erguidos no pátio, com as crianças cantando refrões como "O meu pai trabalha duro/o dinheiro nunca da/eu preciso de uma creche/prá mamãe ir trabalhar".

O vereador insistiu que o prefeito deveria descer para receber os manifestantes no pavilhão, mas Reinaldo de Barros sugeriu que uma comissão de 30 moradores — um representante de cada bairro e mais 4 pessoas — acompanhasse Benedito Cintra e a deputada Irma Passoni até seu gabinete, o que foi aceite com relutância. Os demais tiveram de aguardar no pátio mesmo, porque as portas do pavilhão, onde há um auditório, permaneciam fechadas. Irritados, os moradores continuaram com os estribilhos de críticas à Prefeitura, exigindo o cumprimento de promessas de instalação de creches.

DEPENDÊNCIA DO BNH

Após esperarem em pé no corredor diante do gabinete do prefeito por meia-hora, os moradores finalmente foram recebidos por Reinaldo de Barros, a quem entregaram um memorial do "Movimento de Luta por Creches", reivindicando creches gratuitas para crianças até 6 anos, "próximas aos locais de moradia e trabalho, desde que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação efetiva dos pais na administração e com orientação pedagógica".

O prefeito respondeu que encaminhou ao BNH, há uma semana, um projeto de financiamento da construção de 830 creches na cidade, dentro do Projeto Cura "Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada" de atendimento aos bairros periféricos. Mostrou, num mapa, as regiões onde as creches deverão ser construídas, durante sua administração, destacando as áreas de Campo Limpo, Cupecê e Rio Bonito, na zona Sul, e outras nas zonas Leste e Norte.

Quando os moradores perguntaram a data do início das construções, o prefeito respondeu simplesmente: "Quando eu tiver o dinheiro do BNH nas mãos".

PROTESTOS

A reunião ficou tumultuada quando várias pessoas resolveram falar ao mesmo tempo. Aos gritos, várias mulheres, com bebês ao colo, exigiam as creches "para já".

O prefeito disse que o financiamento pedido é de Cr\$ 9 bilhões e não só para creches, mas também para a construção de postos de saúde,

centros esportivos, pavimentação e iluminação de vias públicas. Confiante em que o BNH aceitara o pedido, Reinaldo de Barros afirmou que as obras não poderão ser iniciadas este ano, "porém em 1980, se não fizermos o atendimento total das reivindicações, conseguiremos pelo menos o parcial". Afirmou, por fim, que está muito preocupado com as áreas carentes e que "se eu sentir que não posso resolver o problema da periferia, abandono isso aqui, deixo a Prefeitura".

A deputada Irma Passoni, que também levou seu filho de alguns meses de idade, e o vereador Benedito Cintra falaram durante a reunião, insistindo em que as creches devem ser instaladas "de comum acordo com os conselhos comunitários e Sociedades Amigos de Bairros".

Quando deixaram a reunião e voltavam aos ônibus, os moradores, inclusive crianças, gritavam em coro: "eta, eta, eta, prefeito de provela" e "não aceitamos prefeito imposto".

Creche vai bem, apesar de tudo

Não está sendo um dos períodos mais fáceis, mas, nesses dois meses de vida, a creche "Menino Jesus", construída pelos moradores da favela de Vila Dalva, no bairro do Rio Pequeno, tem conseguido atender bem às setenta crianças de zero a seis anos que abriga; elas têm alimentação, roupas, instrução e recreação, o que dificilmente seus pais, se não estivessem participando dessa experiência comunitária, poderiam dar.

Quem garante que tudo vai bem é Nair Rodrigues Teixeira, dona de casa do bairro, voluntária da igreja de São Patrício, situada nas redondezas. Ela diz que a creche vai indo, apesar de serem muitas as dificuldades neste período inicial, principalmente porque a Prefeitura tem dado verba para manter apenas quarenta crianças — são Cr\$ 1.060,92 mensais para cada uma. Porém, conforme promessa do prefeito Reinoldo de Barros, todas as crianças receberão o auxílio que deve estar sendo pago a partir deste mês, com retroação a agosto. "A tesoureira vai nesta segunda-feira ao Banespa de Pinheiros, onde o dinheiro deve estar depositado", diz Nair. "Temos certeza de que o dinheiro está lá".

Antes de ser um prédio térreo de blocos de concreto, cercado de uma área ajardinada — inaugurado no dia 18 de agosto pelo prefeito — a creche funcionava embrionariamente num barraco de madeira, plantado entre os 1.200 outros da favela de Vila Dalva. Nessa época, tinha quarenta crianças, que, desde novembro do ano passado, recebiam subvenção da municipalidade. Quando foi para as novas instalações, a creche passou a abrigar setenta crianças, "foram trinta a mais, assim de sopetão e, por isso, a Prefeitura, com a qual mantemos convênio, só vai ajudar as que faltam a partir deste mês", explica Nair.

Mas a creche vive também de doações. O pessoal da igreja de São Patrício faz campanhas na comunidade e todos colaboram, doando, basicamente, roupas e alimentos. Assim, pôde se manter nesse período inicial.

Nair é uma das fundadoras da creche. Ela conta que um grupo de quatro voluntários da paróquia de São Patrício fazia sempre trabalhos na favela, ajudando seus moradores. Diz que esse grupo de senhoras se condola ao ver as dificuldades que as famílias que trabalhavam fora enfrentavam — e as que não são assistidas ainda enfrentam — para criar seus filhos. "Deixam as crianças pequenas sozinhas, trancadas em casa, com um pedaço de pão no berço. De vez em quando, vai uma vizinha dar água para o nenê." Então, surgiu a idéia de transformar em creche o barraco de 7,5 metros quadrados que era a capela e onde se realizavam as reuniões das voluntárias da paróquia com as mães da favela. Isso foi em janeiro do ano passado.

O barraco servia para tudo: berçário, banheiro, cozinha, local de convivência das crianças. O esgoto cheirando mal passava próximos "e as crianças não ficaram doentes porque Deus não quis". Recorrendo à Prefeitura, voluntárias e favelados conseguiram um terreno ali nas proximidades da favela — uma área de três mil metros quadrados que pertencia ao Poder Público Municipal — e o então prefeito Setúbal disse que, se os favelados tivessem jeito de construir a creche, a Prefeitura daria material.

E durante oito meses, nos fins de semana, os moradores da favela, ajudados pelos integrantes da paróquia de São Patrício, ergueram a creche. Os meninos plantaram a grama "e a Prefeitura não deixou faltar um prego". É um prédio muito simples, com chão de cimento e vários salões para as crianças de diversas idades. Os móveis e material necessário para o funcionamento foram ganhos da comunidade e da Prefeitura.

Na creche "Menino Jesus" as crianças tomam o café da manhã, almoçam, jantam e têm mais dois lanches. Comem carne, frango, frutas. "E na casa deles, quando muito, têm feijão com farinha — esclarece Nair. Quer dizer, nem sempre tem feijão e, às vezes, é água com farinha."

Uma nutricionista da Prefeitura orienta o cardápio. Diariamente, uma voluntária, professora, vai dar instrução às crianças. As sextas-feiras, outro voluntário, professor de educação física, vai dar-lhes recreação, exercícios. E sempre alguns voluntários da paróquia vão brincar com a meninada. Todas as quartas-feiras, um grupo de dez crianças é levado ao posto de saúde do Butantã para receber atendimento médico.

Um grupo de cinco pessoas da paróquia se constitui na diretoria da creche e foi contratada uma administradora. O pessoal da favela se encarrega da limpeza, de fazer a comida. "Mas todo mundo recebe salário".

Nair revela que, diariamente, cinco ou seis mães batem à porta da creche querendo matricular seus filhos. Mas não há condições para atendê-las, se bem que, a partir de novembro, deverá atender cem crianças, "pois a Prefeitura prometeu dar a verba necessária". "É claro que precisaríamos atingir muito mais gente. São 1200 famílias na favela. Mas "como podemos fazer?", pergunta Nair, adiantando que a creche aceita qualquer colaboração.

Ela diz que gostaria que as crianças de sete a quatorze anos também fossem atendidas e por isso está sendo planejada a construção, nos mesmos moldes da creche, de um prédio para elas. Ali, aprenderiam artesanato, teriam instrução e recreação. "Vamos ensiná-las a trabalhar, a ganhar a vida".

O exemplo da favela de Vila Dalva serviu para incentivar outras favelas a erguerem suas creches. A de Jardim São Remo, no Butantã, está construindo uma.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Pesquisa sobre estupro. As relações vítima-acusado. A miséria gerando crimes. A propaganda e a mulher objeto de consumo. O espancamento dentro do casal. Um cotidiano de agressões. O adultério e os Códigos Penais. Tudo isso em debate rigoroso com o criminalista carioca Nilo Batista.

Comissão Violência contra a Mulher numa entrevista-debate com o vice-presidente do Instituto de Ciências Penais do Rio de Janeiro.

A Comissão Violência contra a Mulher, formada a partir do 1.º Encontro Nacional de Mulheres, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira, no Rio, integrou-se ao Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, quando da sua criação em abril. É atualmente formada por 8 mulheres: Claudia, Dorine, Fafá, Ligia, Lula, Maria Alice, Maria Eliana e Stella.

Embora o nosso grupo se preocupe com todas as formas da violência contra as mulheres, no momento trabalhamos com as questões do espancamento no casal, estupro e agressões sexuais. A tentativa inicial de obter dados junto a hospitais e delegacias foi infrutífera. As mulheres vítimas de tais agressões não denunciam a verdadeira natureza destas. Nas delegacias só obtivemos dados relativos a estupro seguidos de assassinatos. Resolvemos então coletar dados a partir dos jornais diários do RJ, a fim de ter uma primeira idéia da incidência destes fatos (ver box 1). Por outro lado, nos interessamos pela forma como o Código Penal Brasileiro trata os crimes contra a mulher. A leitura deste código nos despertou muitas questões e o desejo de conhecer a posição dos juristas a respeito. Entrevistamos, então, Nilo Batista, conhecido criminalista carioca, vice-presidente do Instituto de Ciências Penais do Rio de Janeiro. Eis os trechos mais significativos da entrevista.

Nilo, você poderia nos dar as cifras de estupro no Rio de Janeiro?

De acordo com registros policiais, sem nenhuma metodologia de pesquisa em cima disto, tivemos no estado do RJ, 687 estupro em 77 e 885 em 78. Dividindo pela população (aproximada) de 10 milhões, temos uma taxa de 6,87 e 8,85 por cem mil habitantes. Em 70, nos E.U., a taxa era de 18,3 p/ cem mil habitantes.

Estes dados devem estar muito além da realidade. Na Europa e nos E.U., com o crescimento do movimento feminista, aumentou muito o número de mulheres que denunciam o estupro.

Na verdade, o estupro é sub-relatado: ele compõe o que é chamado de **cifra negra** em criminalidade, ou seja, casos que não são denunciados. Há uma grande cifra negra no estupro. Quando ele se apresenta emparelhado a crimes contra o patrimônio, a outros tipos de delitos, o outro crime é denunciado e o estupro não. Ele é preservado.

Por que as mulheres não denunciam?

Porque se elas denunciarem... enfim, todo mundo vai comentar no edifício, elas vão ficar olhadas porque aquela ali foi estuprada, veja você...

Vergonha de ser vítima

Quer dizer, a vítima tem vergonha de ter sido vítima.

Aliás, um aspecto interessante: eu tenho as cifras por dia da semana. Eu esperava um aumento no fim de semana e pelo contrário, há uma ascensão de se-

O marido não pode cometer violência contra a mulher, salvo se for para obrigá-la à conjunção carnal, ou seja, a bestialidade e o desrespeito encontram guarida no casamento.

gunda a quinta. Sábado é o dia em que há menos estupro no estado do RJ.

Voltando à cifra negra, o estupro dentro do casamento certamente não está contado nos números que você nos deu.

Sobre o estupro dentro do casamento, existe um debate tão grande... Na doutrina brasileira prevalece o entendimento de que o marido não pratica estupro quando obriga a mulher à conjunção carnal. De acordo com Nelson Hungria, um de nossos maiores juristas: "O estupro pressupõe cópula ilícita — fora do casamento". O mesmo Hungria diz que, "ao contrário do que ocorre com o estupro, o atentado violento ao pudor pode ser praticado pelo marido contra a

mulher". Ou seja, se é para produzir filhos, vale a violência; e se não, não vale a violência. Esta posição predominante pode ser assim sintetizada: o marido não pode cometer violência contra a mulher, salvo se for para obrigá-la à conjunção carnal. Se isto faz algum sentido, é o sentido de que a bestialidade e o desrespeito só encontram guarida no casamento.

Qual é a diferença entre estupro e atentado violento ao pudor?

O que se chama de **estupro** é a conjunção carnal (coito) mediante violência com uma mulher (artigo 213 do Código Penal); é punido com pena de 3 a 8 anos. **Atentado violento ao pudor** (art. 214) é obrigar

O que interessa é que as agressões sexuais sejam reconhecidas como crimes contra a mulher.

alguém a um ato libidinoso que não seja a conjunção carnal (coito anal, por exemplo). A pena é de 2 a 6 anos.

Coito e coito anal

Por que isto, qual a diferença qualitativa entre o coito e o coito anal, por exemplo, quando praticados sob violência? Por que o coito é punido com uma pena maior do que o atentado ao pudor?

Não acho que isto faça mal nenhum. É que esses crimes tem toda uma tradição de séculos de tratamento jurídico. Vê-se nisso vestígios de uma posição dos juristas antigos. Por exemplo, Francesco Carrara, jurista italiano do século XIX, comentando o adultério estabeleceu uma vinculação: se o casamento de fora do casamento prática adultério com uma mulher, ele está interferindo na linha sucessória porque pode estar colocando ali uma pessoa que vai herdar bens, etc.

Ou seja, o problema é que da conjunção carnal pode resultar um filho... Você dá aí uma explicação histórica. Mas não entendemos porque você concordaria com isso: seria razoável colocar a mesma pena para conjunção carnal, coito anal e outros tipos de agressões sexuais.

Eu sou uma das pessoas muito decrescentes da pena. Me parece muito iniquo... No novo código alemão, por exemplo, se recomenda a redução ou a substituição da pena por multa no caso de crimes contra os costumes, se o réu é menor e primário.

Nós proporíamos pena idêntica para estupro e atentado ao pudor, para que se reconhecesse que são

Imagine se a gente vai a uma delegacia relatar que um cara nos passou a mão na bunda no ônibus!

agressões de mesmo nível à dignidade da mulher, ao corpo da mulher. Mesmo que fosse para diminuir a pena do estupro, equipará-la a do atentado ao pudor. Não nos interessa a pena, também não acreditamos que as penas, por mais violentas que seja, possam resolver o problema da criminalidade. O que nos interessa é que as agressões sexuais sejam reconhecidas como crimes contra a mulher. Outra pergunta: quando se diz atentado ao pudor, estão aí incluídas agressões de rua tipo piadas desagradáveis, passada de mão, coisas que acontecem no ônibus, nos trens da Central?

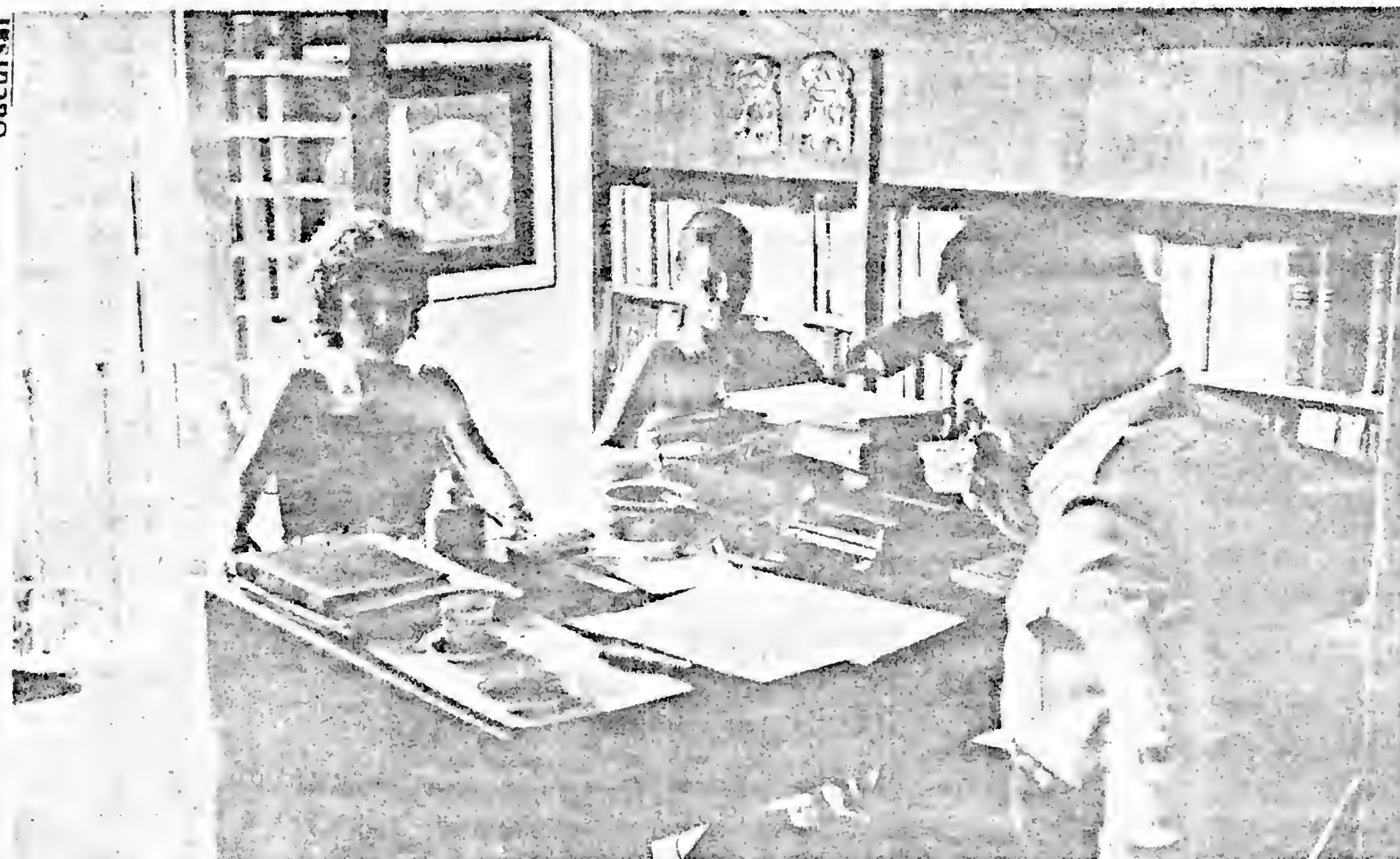
Não sabíamos que se chama isto de paquera porque não há nisso nenhuma intenção de paquera. São agressões. Um homem que quer paquerar uma mulher não usa esses métodos de jeito nenhum.

É, eu sei o que vocês querem dizer. O artigo 61 da Lei de Contravenções Penais se chama "importunação ofensiva ao pudor", eu acho muito engraçado: "importunar alguém em lugar público ou acessível ao público de modo ofensivo ao pudor, multa de 400 a 4000". Este tipo de passar a mão é tratado aqui. Se tratam de episódios que, enfim, não tem uma expressão social tão grande.

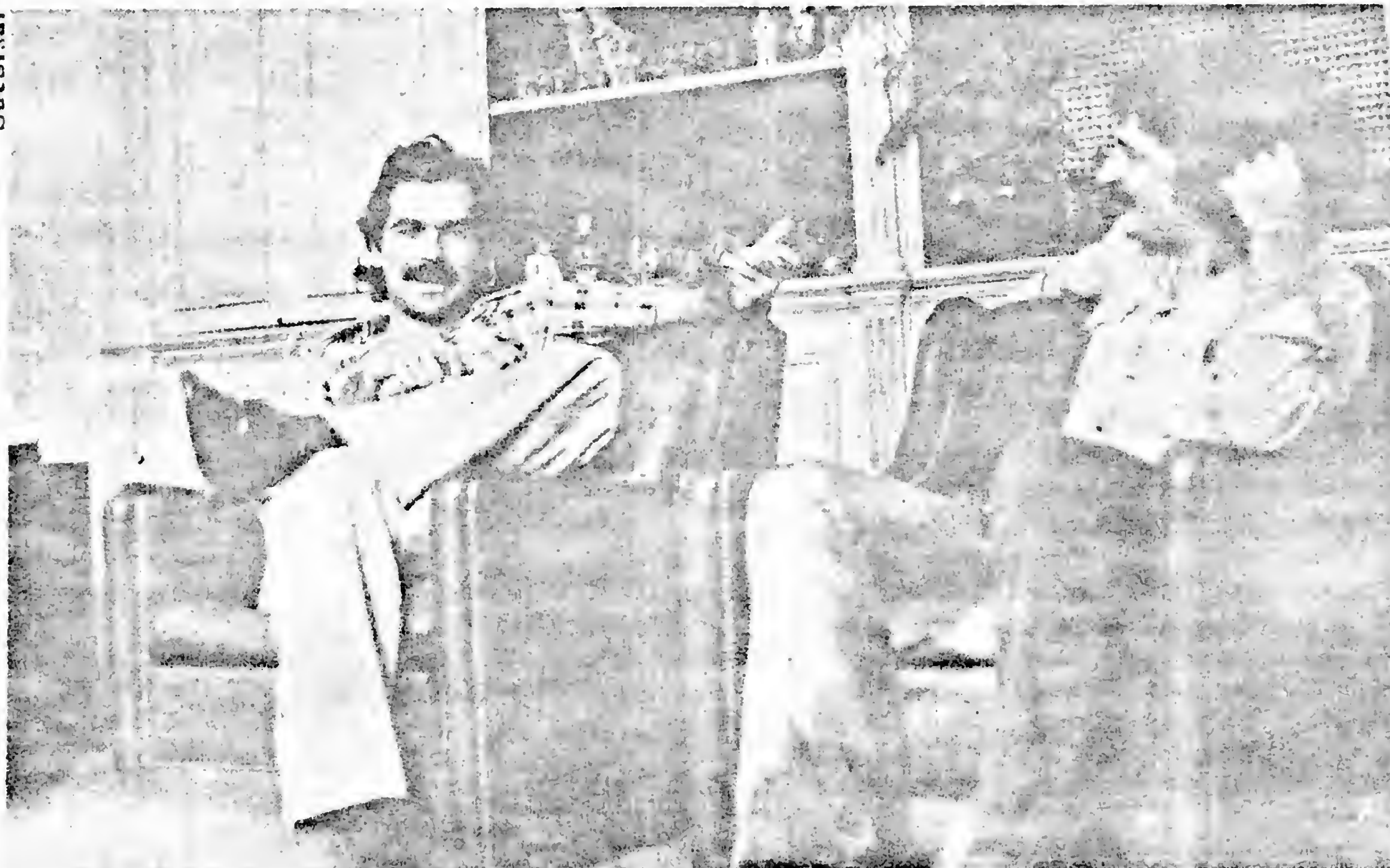
Paquera não é passar a mão

Discordamos radicalmente. É porque você nunca foi vítima de uma coisa dessas.

Realmente nunca e creio que nunca fui autor.



Ligia e Lula, da Comissão Violência contra a Mulher, do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, debatem com o criminalista Nilo Batista.



Descontraído, Batista fala sobre os Códigos Penais

Ah, bom, ainda bem. (Risos)

Está certo, esses episódios de passar a mão, de palavras desagradáveis, podem ser tratados a nível de convenção. Mas há um limite um pouco restrito. Há uns 15 anos atrás, uma mulher dirigindo automóvel provocava um grande rebo, porque estava numa atividade que na época não era considerada feminina. Então, eu suponho que os interessados imaginavam que aquela era uma mulher acessível, libertina. Não sei, eu não entendo dessas coisas.

CV Para quem é mulher, para quem é vítima, este limite não é difícil de determinar. Nós perguntamos: você considera que é hoje uma atividade feminina algumas de nós irmos jantar juntas num restaurante? Caminhar na rua, pegar um ônibus, são atividades femininas?

Sim, acho que sim.

CV: Pois você não imagina, é um negócio infernal, o número de agressões que a gente sofre em todas essas situações. E as mulheres não andam na rua espiando para dentro da camisa dos homens, dizendo piadas, passando a mão.

Porque a camisa dos homens não está associada a um símbolo sexual vendido, vendidíssimo.

Não, o corpo do homem não é objeto de consumo, o da mulher é, e esse é que é o problema.

Talvez fosse o caso de se pensar em desenvolver a figura da contravenção, talvez ela não esteja sendo

**O direito penal
não soluciona nada.
Nunca solucionou
coisa nenhuma.**

usada. Nós já vimos que o estupro é sub-relatado, contravenção simplesmente não é relatada.

Mas se a gente hesitar em relatar um estupro, que sabe que vai passar por uma situação extremamente humilhante na delegacia, que vai ser objeto chacota, que vai ser considerada não como vítima mas como culpada (porque nossa culpa realmente de ser mulher), imagine se a gente vai a uma delegacia relatar que um cara nos passou a mão na humilhação no ônibus. Nós estamos muito longe de chegar a isso.

Eu não sei, eu duvido que o Direito Penal tenha a ver com esta questão. O Direito Penal não soluciona nada, nunca solucionou coisa alguma.

O que sai nos jornais

Notícias publicadas em jornais diários do Rio, de 1.º de junho a 31 de agosto

Estupros e atentados ao pudor: 26 casos

Tentativas de estupro: 6

Assassinatos da mulher pelo marido, companheiro, namorado: 31

Tentativas de assassinato (idem): 12

Espancamentos (idem): 25

Assassinato de mulher por outro agente: 25 casos.

Antes de iniciarmos a entrevista você falou em "vitimologia".

"Vitimologia" é uma série de hipóteses em torno das relações particulares vítima-acusado com relação a certos delitos. Nos crimes sexuais, com muita frequência, você encontra situações de vitimologia. O sujeito que tem o hábito de deixar uma pasta dentro do carro, visível, se pode dizer que é um temperamento vitimológico; uma mulher que passeia sozinha no Aterro do Flamengo, às 11 horas da noite, está fazendo uma certa vitimologia do estupro, ou seja, ainda que não saiba, ela está procurando uma situação de confronto com a violência porque existe uma informação corrente de que provavelmente ela a encontrará.

Isto não vai a fundo na questão do estupro. Inclusive, nos E.U. e na Europa, onde se conhece melhor as estatísticas do estupro, sabe-se que uma grande porcentagem de estupros não acontece neste tipo de situação. Seguidamente, o estuprador tem relações muito próximas com a vítima (em aproximadamente 30% dos casos ele pertence à família da vítima). É alguém que tem uma relação de uma certa confiança com a vítima (ver box 2).

E, prevalecem relações primárias. Isto é verdade. Qual é o artigo do código penal brasileiro específico para os casos em que o estuprador tem algum tipo de autoridade sobre a vítima?

Quase sempre o estuprador tem relações muito próximas com a vítima. É alguém que goza de sua confiança.

É o artigo 266, inciso 2: "A pena é aumentada de quarta parte: II-se o agente é ascendente, pai adotivo, padrasto, irmão, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela." Neste caso, além da violência ocorre uma circunstância agravante que reside nesta relação de autoridade do agente com relação à vítima. De qualquer forma, é necessário que ocorra violência porque o estupro é fundamentalmente uma ofensa à liberdade sexual com emprego de violência. Há outras formas de ataque à liberdade sexual que não são estupro; mas no estupro tem que ocorrer violência ou a grave ameaça (como no caso do cara que lhe aponta um revólver).

Palavra contra palavra

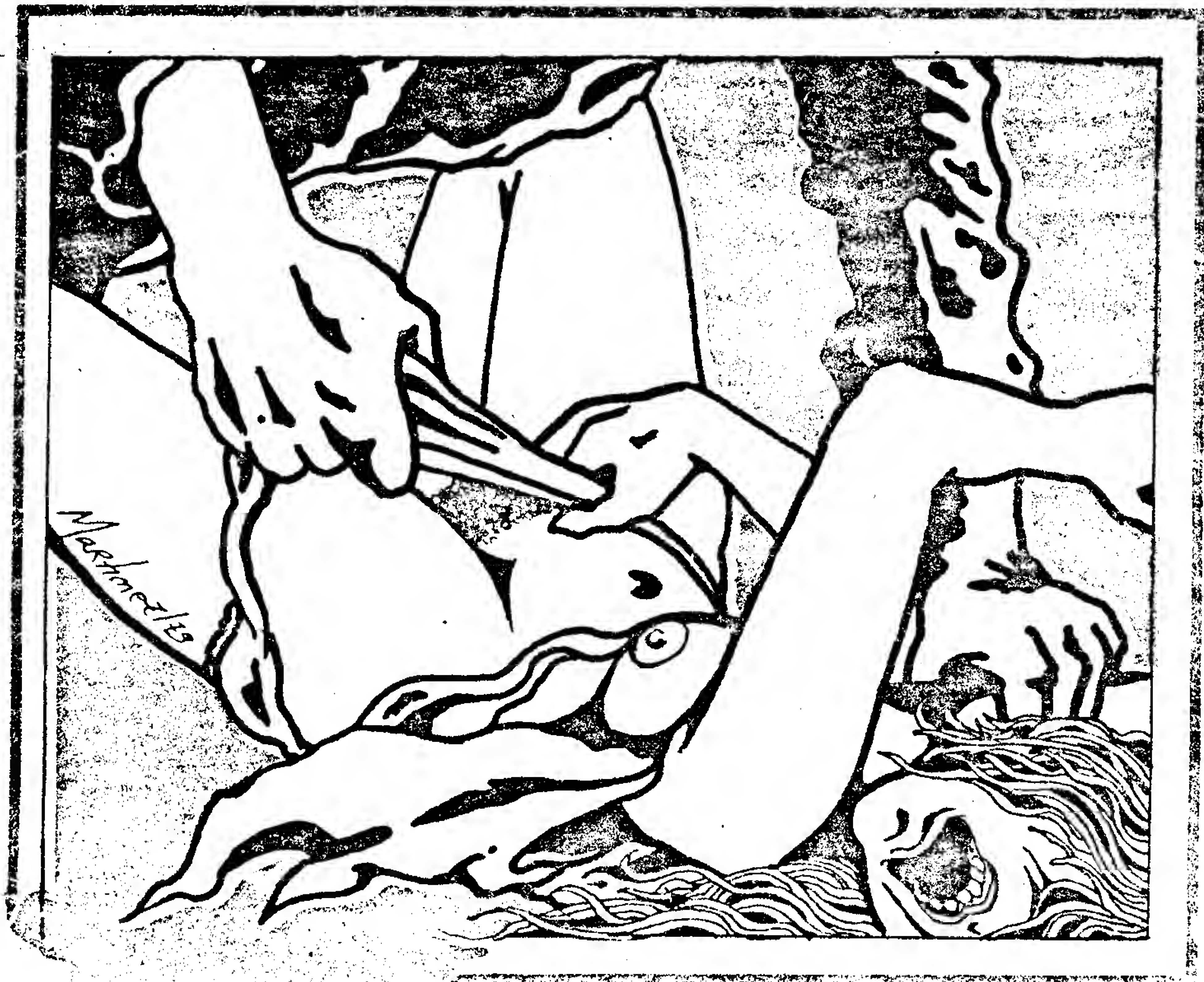
E no caso de ser a palavra da vítima contra a palavra do agressor?

Aí vocês estão deslocando o problema para a questão da prova. Este problema de palavra contra palavra pode acontecer em qualquer crime. Eu pergunto, em caso de dúvida, vale a pena condenar alguém a 8 anos de prisão?

Não, no caso de dúvida se beneficia o acusado, é claro. Mas o problema no estupro é qual o valor que é dado à palavra da mulher. Sobre a mulher estuprada paira sempre uma dúvida. Isto foi um dos pontos centrais atacados pelos movimentos de mulheres: o fato de que sempre se coloca em questão a palavra da mulher, não terá ela provocado, etc?

Nos tribunais brasileiros se dá uma importância extraordinária à palavra da ofendida. Mas na tradição judiciária brasileira se encontram muitas situações em que a mulher mente, já se defendendo de outro tipo de pressão social que ela sofre enquanto vítima de um crime sexual.

Há um caso que ficou famoso na França. A moça era filha de portugueses emigrados e denunciou ter sido estuprada por um rapaz. O movimento de mulheres assumiu o caso e levou-o ao tribunal. Depois de um certo tempo, as feministas desconfiaram que havia algo errado na história da menina e fizeram uma certa pressão. Ela acabou confessando que o rapaz em questão era seu namorado e que ela havia inventado o estupro porque havia tido relações sexuais com ele e tinha muito medo que o pai descobri-



sse. E aí é que está o problema. O que permite que os homens estuprem é o mesmo que a fez inventar esta história: o direito da mulher à sexualidade não é reconhecido, ela é um objeto tanto para o pai (que considera a virgindade da filha como um bem próprio) quanto para o estuprador. Mas aqui é bom lembrar que não podemos aplicar mecanicamente para o Brasil as análises européias e americanas para o estupro. Achamos que a miséria tem uma parte da responsabilidade na incidência dos crimes de estupro, como também de outros crimes.

Concordo com vocês. A miséria está por trás do crime comum. No caso do estupro também. Numa sociedade com tantos contrastes, numa sociedade de consumo em que para manter o modelo você tem que vender os bens de consumo... O menino do morro vê uma propaganda de "hollywood sucesso", só tem um jeito dele obter aquela mulher...

A miséria está por trás do crime comum. No caso do estupro também. O menino do morro vê uma propaganda de "ao sucesso com hollywood" e só tem um jeito dele obter aquela mulher...

Mulher, objeto de consumo

Quando você diz isto já está claro que nessa situação a mulher é um objeto, em paralelo com o "hollywood sucesso".

Sim, mas ela entra nos olhos e na pele do menino como objeto porque ela é jogada pelos meios de comunicação de massa como objeto.

Pois é. É o problema de usar o corpo da mulher como um objeto de consumo. Outra questão: existem muitos casos de estupro dentro da família, em particular tendo o pai como agente? E quem geralmente denuncia?

Sim, casos existem muitos, principalmente no interior. Mas eu gostaria de esclarecer que no código pe-

Antes o Código Penal só previa adultério para o marido se ele tivesse concubina, teúda e manteúda. No caso da mulher, bastava ela trépar com outro. Mesmo hoje, ele só é aplicado contra as mulheres.

nal brasileiro o incesto não é punido como crime. Se o pai mantiver conjunção carnal com filha menor de 14 anos, é crime de estupro. Se a filha tiver mais de 18 anos, não há crime. Levando em conta minha experiência pessoal e não registrada estatisticamente, a mãe é a denunciante. Mas há casos em que ela convive com o problema e denuncia quando a situação fica ruim para ela. Isto sempre me referindo a pessoa do interior, muito desinformadas.

E o adultério no Código Penal?

Primeiro, um pouco de história. O Brasil teve 3 códigos penais: 1830, 1890 e 1940. No código de 1830: "A mulher casada que cometer adultério será punida com pena de trabalho de 1 a 3 anos." "O homem casado que tiver concubina, teúda e manteúda, será punido com as penas do artigo antecedente."

O que é teúda e manteúda?

O homem tinha que ter uma casa onde ele mantivesse a outra mulher; o adultério do homem era só neste caso. No código de 1890, artigo 279: "A mulher casada que cometer adultério será punida com a pena de prisão celular de 1 a 3 anos." "Parágrafo primeiro: "Em igual pena incorrerá o marido que tiver concubina, teúda e manteúda." Isto significava que a mulher casada não podia sair e fazer amor com outro homem, pois neste caso os dois praticavam adultério. Agora, o marido podia fazer amor com outras mulheres o quanto quisesse, se ele não mantivesse uma concubina, não estaria praticando adultério. Este era o sistema até 1940, quando se fez a reforma do código que adota a paridade, ou seja, o adultério, tanto do homem quanto da mulher, é caracterizado pelo simples fato de manter relações extra conjugais.

Adultério, peça de museu

Isto na teoria, e na prática?

Bem, devo dizer antes de mais nada, para acabar a teoria, que o adultério hoje é uma peça de museu. Na prática, o adultério realmente só é aplicado contra as mulheres porque só os homens têm condições de acionar o complicado instrumental para caracterizá-lo. Isto é normalmente usado para fins patrimoniais com o intuito de constituir prova contra a mulher num processo de divórcio. Este esquema envolve a necessidade de certo relacionamento, de bons advogados, que tenham condições de levar a polícia a dar um flagrante de adultério. Disto se depreende que se tem que ter um certo trânsito e além de tudo, um certo dinheiro, que as mulheres não têm. O esquema é o seguinte: você tem que ter um advogado para con-

tratar um detetive, que vai seguir sua mulher durante um mês. Ele "grampeia" o telefone de sua casa e entrega as fitas. Você fica sabendo tudo que sua mulher fala. Até que um dia, o detetive que está seguindo sua mulher a vê encontrar-se com o namorado. Então, entra o advogado com a certidão de casamento e um requerimento para o delegado dizendo: "Neste momento, minha mulher está praticando adultério em tal lugar e venho requerer de V.S. providências legais, ou seja, a prisão em flagrante". A polícia pega uma turma, vai ao local e aí entra o flagrante para que você tenha uma prova boa, cabal, que ela está praticando adultério. É assim a prática do adultério.

Espancamento dentro do casal

Outro assunto que gostaríamos de abordar é o espancamento dentro do casal. Que proteção a lei dá mulher nestes casos? Chegou até nós um caso de espancamento e foi um problema sério: o marido batia na mulher há 10 anos e ultimamente havia batido várias vezes com extrema violência, embora ela estivesse esperando o sexto filho! Além do mais, ele fazia ameaças. Foi dada uma delegacia para ver que proteção ela podia ter absolutamente nada.

Do ponto de vista legal, se o marido pratica violência corporal contra a mulher, é crime e a autoridade policial tem que instaurar inquérito e o promotor deve oferecer denúncia. Porém, normalmente, o delegado reluta em instaurar inquérito e quando o faz, é o p-

motor que reluta em dar início à ação penal, sempre que haja possibilidade de reconciliação, e esses casos são arquivados. Eu não vejo nenhum mal nisso. Pelo contrário, vejo um progresso sobre a visão tradicional de obrigatoriedade de ação penal. Se o promotor instaurasse o processo criminal, o que adiantaria para a relação daquele casal? Resolveria o problema que terminou aquela agressão? Um marido seria condenado e levado a sursis porque é réu primário com bons antecedentes. Mas ficaria estigmatizado com pena criminal, não tiraria atestado de bons antecedentes por um certo período.

Veja, nós recortamos durante 3 meses nos jornais do Rio as notícias que envolvem algum tipo de violência contra a mulher. Obtivemos um arquivo imenso. Em particular, verificamos que a história anterior de todos os casos de assassinato, tentativa de assassinato ou agressão extremamente violenta da mulher pelo marido é sistematicamente a mesma: o casal entendia mal há muito tempo, o marido já havia batido na mulher várias vezes, algumas vezes ela havia dado queixa na polícia. Estes casos são precedidos por uma situação em que os conflitos aparecem na forma de espancamento da mulher. Perguntamos: o que fazer diante disto?

Se vocês perguntam isto na perspectiva daquilo que eu faço na vida, como pessoa da justiça, eu respondo que o direito penal chega atrasado por definição quando nós da justiça tratamos de um assunto. Do ponto de vista criminal, é porque já aconteceu o crime. E olhem, o espancamento, a agressão têm que estar presente no tipo de relação que vocês estão examinando. É uma relação de poder, de dominação absoluta. Um belo dia a mulher esquece de engratar o sapato do cara e ele lhe dá uma "porrada".

Mas veja o que acontece: o promotor oferece a denúncia. No sumário a mulher diz: "Não, o que aconteceu é que eu escorreguei, caí, este machucado não é de quem me fez". Isto é a coisa mais frequente no mundo, pela própria pressão do marido ou então porque ele simula que agora tudo está bem, ela imagina que agora tudo vai ser um sonho e que há males que vêm para bem. Olhem, neste modelo que a gente está examinando, em que a mulher entra nesta linha de dominação e que tem as portas fechadas para sair (ela tem 5 filhos e não trabalha...), a médio prazo, não vejo o que se pode fazer. É mais fácil evitar que outras pessoas entrem nesta, do que mobilizar um projeto para fazer com que... sei lá, eu acho que não haveria aí uma solução biológica: um dia esta mulher morre, acaba a dominação dela e a filha dela não vai mais entrar no mesmo esquema.

Mas então, um dia vai acabar o capitalismo e aí os operários não serão mais explorados? Enquanto isto não tem nada que fazer nos sindicatos, não tem que lutar para melhorar os salários?

Não foi isto que eu quis dizer. Me parece que a linha de atuação prioritária seria evitar que estas situações se estabelecessem. É mais fácil você mobilizar uma pessoa de 20 anos para que não entre numa situação do que pegar uma pessoa que está com seus 40 anos e lhe dizer que não é nada disto...

Comparando com a luta dos trabalhadores: um dia o capitalismo acaba. Mas enquanto isso não se faz nada para melhorar os salários?

Quem é o agressor

Estatísticas de estupro: Estados Unidos, 1972-73.

Conhecido da vítima	32%
Noivo	12%
Conhecido de vista	10%
Amigo	3%
Ex-amante	3%
Pai	1%
Desconhecido	33%

Dia da Criança?

Neste último domingo foi realizada uma reunião entre os moradores de Vila Progresso, na Zona Leste, para programar a comemoração do Dia da Criança. Acompanhando a iniciativa de outras Vilas da periferia de São Paulo, Vila Progresso também estará presente, com suas reivindicações, na assembléia deste domingo, em Itaquera. A proposta é fazer uma festa que fuja aos esquemas tradicionais das comemorações. Ou seja, reivindicações dos problemas que afetam essa população e suas crianças, em vez da distribuição uma vez por ano de doces e sucos, como o governo geralmente faz.

E disse Damião, presidente da Sociedade Amigos de Vila Progresso aos presentes: "Se os nossos direitos são violados, e a gente tem condições de brigar por eles, imaginem os de uma criança como estão, pois elas nada podem exigir. Então, cabe a nós, pais, reivindicar para que o direito de cada uma delas seja cumprido, aproveitando este Dia da Criança".

Para esclarecer à população de Vila Progresso que participará de assembléia, juntamente com mais 11 Vilas da periferia, foram lidos todos os princípios que formam a Declaração dos Direitos da Criança.

DIREITOS SÃO VIOLADOS

No final, todos os presentes discutiam para ver se realmente estavam sendo cumpridos esses direitos. Conclusão: a palavra final dos moradores (na sua maioria mães) foi a de que todos os direitos de seus filhos estão sendo violentamente violados. "O que era de se esperar" — disse uma delas. Desde a educação (quase 90 por cento das crianças da Vila têm que deixar de estudar para ajudar na renda familiar) até a falta de registro são problemas que afetam diretamente àquela população.

Por exemplo, o 5.º princípio diz que: "A criança excepcional (anormal) deve ser tratada com maior cuidado, a fim de se recuperar tanto quanto possível. Ela também deve ser educada como todas as outras". Mas sabe-se que a criança anormal poucas vezes tem condições de se recuperar por falta de educação especial. E comentam os moradores: "O governo que deveria se preocupar em dar essa educação não se preocupa e muito menos faz escolas especiais. Acreditamos que existam escolas especiais, só que bem longe de Vila Progresso. Só para aqueles que têm dinheiro".

QUANTO MAIS BURRO, MELHOR

Pode-se encontrar também no segundo princípio que "toda criança deverá gozar de proteção especial a fim de poder crescer sadia, educada e instruída. Para isso deve haver leis e meios à disposição". E novamente coloca-se uma questão: "sabe-se que de cada 100 crianças que entram no primeiro ano, somente 10 terminam a oitava série". E em seguida argumenta um dos moradores: "E isso é bastante lógico, porque para o sistema que está aí, é muito mais interessante gente que não estuda, e portanto, que não pensa. Resumindo: quanto mais burro, melhor".

Na Sé, os dirigentes registram o protesto

Est. SP. 20/10/79 2825

Do serviço local e das sucursais

Não mais de duas mil pessoas reuniram-se ontem à noite na praça da Sé, no ato público convocado por entidades sindicais paulistas a fim de "protestar contra a repressão e o projeto salarial do governo". Operários, bancários, estudantes e pessoas pertencentes a outras categorias profissionais ouviram e aplaudiram principalmente o presidente da União Nacional do Estudantes-UNE, Rui Cesar Costa Silva, o presidente afastado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olívio Dutra, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva.

Aproximadamente 50 organizações sindicais estiveram representadas no ato; o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, foi vaiado como "adesista" e não conseguiu falar. Santos Andrade comentou que o pequeno número de participantes no ato era consequência de "muita gente fazendo hora extra".

Olívio Dutra afirmou que trazia a palavra de 17 mil bancários de Porto Alegre, "para testemunhar a repressão que se abate sobre a classe trabalhadora brasileira". Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, acusou a "ditadura militar de ser apoiada pelos patrões".

Luís Inácio da Silva declarou ser muito difícil o operário ir a um ato público, depois de uma jornada de trabalho de 12 ou 14 horas, mas ressaltou que "se a gente decretasse uma greve geral, uniríamos mais de um milhão de trabalhadores contra esse projeto do governo". "Está na hora de a classe trabalhadora tomar uma posição e para isso não precisamos de atos públicos, mas de negociação e o único gesto que o patrão respeita é a máquina parada".

NO CONGRESSO

A discussão do projeto de reformulação da política salarial, iniciada ontem no plenário do Congresso Nacional, prosseguirá na próxima terça-feira. Após o pronunciamento de quatro deputados — dois da Arena e dois do MDB —, o presidente do Congresso em exercício, senador Nilo Coelho, suspendeu a sessão, ao verificar a presença de apenas 20 parlamentares no plenário, faltando **quorum**, portanto.

Defendendo a aprovação do substitutivo do MDB, elaborado juntamente com lideranças sindicais, o deputado Odacir Klein (MDB-RS) disse que o projeto governamental é "enganador", por manter o arrocho salarial implantado no País a partir de 1964. O deputado Nilson Gibson (Arena-PE) teceu elogios à proposta do governo e acusou o deputado Alceu Collares (MDB-RS) de usar uma terminologia "indecorosa", quando o deputado gaúcho ressaltou que o governo sempre "roubou o salário do trabalhador". "A nova política beneficiará toda a população ativa do País", observou o arenista de Pernambuco.

Odacir Klein acrescentou que o governo havia enviado a mensagem ao Congresso Nacional com o propósito de minar os movimentos reivindicatórios e evitar a concessão de melhores salários que vêm ocorrendo em alguns Estados. Embora o deputado Nilson Gibson tenha insistido na tese de que os aumentos semestrais vão repor o poder aquisitivo dos trabalhadores, o deputado Alceu Collares criticou os arenistas, acrescentando que "não conhecem nada de política salarial".

O deputado Djalma Bessa (Arena-BA), em aparte, destacou que o governo tem oferecido boas condições de assistência social e econômica ao trabalhador. "O governo está fazendo o máximo para dar ao trabalhador o que ele me-

rece", afirmou. Concordando com Bessa, o deputado Adhemar Ghisi (Arena-SC) ressaltou que o projeto "é um passo decisivo e corajoso, principalmente por prever a imediata correção dos salários por força da corrosão da inflação que nos domina".

Os líderes do governo, deputado Nelson Marchezan e senador Jarbas Passarinho, pediram ao senador Nilo Coelho para prorrogar a sessão e encerrar a discussão da matéria. Entretanto, o senador Nilo Coelho considerou impossível continuar os trabalhos porque dos 84 parlamentares que abriram a sessão apenas 20 permaneceram no plenário, estabelecendo a falta de **quorum** regimental.

DECEPÇÃO

Apenas dez sindicalistas, quase todos representantes de categorias profissionais da orla marítima, assistiram ontem aos debates em plenário, sobre o projeto de lei que modifica a atual política salarial. Esse grupo, classificado entre os trabalhadores avulsos e que vem atuando no Congresso Nacional desde a instalação da comissão mista para examinar o projeto, conseguiu fazer passar no substitutivo da Arena a emenda que os inclui entre os beneficiários dos reajustes semestrais.

Eles saíram antes de os debates terminarem e estavam bastante decepcionados com a argumentação dos parlamentares arenistas. Referindo-se ao vice-líder da Arena, Djalma Bessa (BA), Arlindo Borges, secretário da Federação Nacional dos Portuários, afirmava: "Este cara deve estar pensando que mora nos Estados Unidos. Dizer que todos os trabalhadores brasileiros têm lazer e que o Inamps funciona é estar maluco".

O grupo de sindicalistas criticou outros membros de sindicatos, entre eles Luís Inácio da Silva, "que aparecem muito nos jornais, mas que não estão aqui presentes num momento como este".

Empréstimo do BNH⁽¹⁾ para creches

Ao receber há dias uma comissão do Movimento de Creches da Zona Sul da cidade, que reivindica a construção de creches em 30 bairros, o prefeito Reynaldo de Barros informou que já encaminhou ao BNH, pedido de financiamento no valor de Cr\$9 bilhões, para a construção de 830 creches nas regiões mais carentes do Município.

Essas creches, segundo o prefeito, deverão ser construídas no prazo da sua administração e serão administradas pelos Conselhos Comunitários escolhidos e formados pelas Sociedades Amigos de Bairros e "demais entidades representativas".

Não se há de pôr em dúvida a enorme carência de creches que há em São Paulo, para atender às mães que precisam trabalhar fora e nem sempre encontram um lugar adequado para deixar seus filhos menores em perfectas condições de segurança.

O Município de São Paulo, conforme o relatório de 1978 da Coordenadoria do Bem-Estar Social — Cobes —, tem construídas, equipadas e administradas pela Prefeitura, apenas 4 creches, com 600 vagas, nas quais foram atendidas, no ano passado, 1.072 crianças de 0 a 6 anos de idade. A essas 4 creches, somam-se mais 20, construídas e equipadas pela Prefeitura e administradas por entidades particulares em convênio

com a municipalidade; outras 90 são inteiramente particulares e recebem da Prefeitura assistência técnico-financeira, e, finalmente, 9 outras creches, também particulares, recebem assessoria técnico-administrativa. No total, são 123 creches com 10.406 vagas e atendimento de 17.055 crianças em 1978.

Não nos parece, portanto, o mais indicado, o desejo do poder público municipal de construir, ao preço de Cr\$ 9 bilhões, 830 novas creches. O melhor caminho a ser trilhado pela Municipalidade ainda seria o do estabelecimento de convênios com entidades assistenciais (muitas são subvencionadas pela Prefeitura) e com empresas ligadas ao setor produtivo. Por meio desses convênios, a Prefeitura poderia entrar com o equipamento da creche, assistência técnica e até fornecer, quando for o caso, um per capita para manutenção das crianças.

Por outro lado, o fato de que nas 4 creches da Prefeitura e nas outras 119 mantidas sob convênio, serem recebidas crianças de 0 a 6 anos de idade, é indicativo de que no Município está havendo falta de escolas de educação infantil, para onde as crianças de 3 a 6 anos deviam ser enviadas para uma orientação pré-escolar. Tudo levar a crer, pois, que a assistência às crianças das famílias de baixa renda precisa ser reestudada, de modo a que haja o mais completo entrosamento entre as ações do poder público, das entidades assistenciais e das empresas que legalmente podem e devem assistir os filhos dos seus empregados, sobrando à Prefeitura mais recursos para investir na pré-escola, que deve ser um objetivo permanente.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: FOLHA DE SÃO PAULO

Data: 21/10/79

Pág.: 34

Pasta n.º

N.º do recorte

Funcionárias de S. J. Campos receberão creche municipal

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — A partir do ano que vem, as funcionárias municipais contarão com uma creche "porque o próprio poder público precisa dar o exemplo do cumprimento da legislação trabalhista", segundo o diretor do Departamento de Promoção Humana da Prefeitura, Geraldo Vilhena. Os menores também serão beneficiados. Entraram em funcionamento, semana passada, dois organismos de assistência: o Instituto Materno-Infantil da Vila Tatetuba e a Sociedade do Bem-Estar do Menor (Sobem), cuja meta principal é a valorização do menor na estrutura social.

O Instituto Materno-Infantil é o primeiro passo de uma série de iniciativas que a Prefeitura pretende tomar em relação ao problema, pois São José não chega a oferecer cem vagas às crianças cujas mães trabalham fora do lar, sendo que a carência no setor atinge a 3 mil berços. Somando-se à capacidade dessa entidade, serão criadas outras duas, atingindo aos bairros mais populosos, como Alto da Ponte e Jardim Oriente, com a criação subsequente de organismos menores, a exemplo da creche para os filhos das funcionárias.

Geraldo Vilhena admite que se trata apenas de "um primeiro passo para tentar

solucionar um problema muito grave", mas se mostra otimista baseando-se no interesse manifestado por algumas indústrias que, de início, deverão oferecer Cr\$ 1.500,00 para manter cada criança de suas funcionárias.

Os cem berços que compõem o equipamento deveriam ser ocupados a partir de janeiro, porém, diante da grande demanda, poderão receber as crianças ainda este ano. As mães já vêm recebendo orientação sobre higiene e saúde através da programação que o Departamento de Promoção Humana vai desenvolver no Instituto, incluindo acompanhamento pré-natal durante toda a gestação. É objetivo da entidade acompanhar a criança desde seu nascimento até os 12 anos, quando então ela será encaminhada aos setores de profissionalização.

Além dos berçários, o Instituto Materno-Infantil tem lavatórios, cozinha e consultórios médico-odontológicos. As crianças entre 4 e 7 anos serão introduzidas no programa pré-escola e as de 2 a 4 anos assistidas por um planejamento específico que será posto em prática ano que vem. Sua capacidade abrange o atendimento de 400 menores e deverá ser efetuada com base em convênios com as indústrias ou dotação orçamentária da própria Prefeitura, no caso de famílias muito carentes.

Jornal: O SÃO PAULO
Data: 19-25/10/1979
Pág.: 1

Pasta n.º
N.º do recorte: 0452

Eles são como nós". Assim foi a Semana do Menor

OSP 19/25/10/79



Todo mundo que tem trabalho com menores pôde se expressar, sem limitações, durante a Semana do Menor Marginalizado, promovida pela Comissão Justiça e Paz, Instituto de Estudos Especiais e PUC, de 10 a 13 desse mês. Foram apresentados vários trabalhos, citando dados, números de pesquisa, fornecendo valiosas informações, e, em seguida, houve debate. Desta vez foi sem o paternalismo do Governo, que gosta de promover eventos desse tipo, justamente ele que é o culpado por essa situação.

Veja a reportagem na última página. As fotos aqui apresentadas são do repórter fotográfico Juca Martins, da Agência F4, e foram tiradas na FEBEM.

A SENTENÇA DE DOCA STREET

Em defesa do homem e dos mais fortes

O assassinato de Angela Diniz - um crime brutal e estúpido
- foi perdoado pelas leis da moral e dos interesses
dominantes na sociedade.

Raimundo Rodrigues Pereira

A Rede Globo, que tem faro para essas coisas, levou para o local uma dezena de carros de transmissão e controle e 60 técnicos e repórteres. E, de fato, tratou-se de um grande espetáculo, com o mesmo tipo de conclusão das habituais novelas das 10 da noite: o julgamento de Raul Fernando do Amaral Street, o "Doca Street", pelo assassinato de Angela Diniz em dezembro de 76, em Cabo Frio, foi um grande show de rádio e televisão, que acabou deixando em liberdade o playboy famoso.

Um corpo de jurados idosos e de classe média, após o julgamento de 21 horas, aceitou a tese da "legítima defesa da honra e da dignidade do assassino" apresentada pela defesa e Doca foi condenado apenas por "excesso culposo", que lhe deu 2 anos de reclusão, com direito a liberdade condicional imediata, por ser réu primário. Angela fora morta por seis tiros, 4 no rosto, sem apresentar defesa. A acusação imputara a Doca "crime por motivo torpe e sem dar à vítima chance de defesa". Doca terá de pagar as custas do processo - estimadas em 1 milhão de cruzeiros - e cumprirá, supõe-se, as regras da liberdade condicional por três anos: não beber, não andar armado, não frequentar bares e boates após as 22 horas e outras formalidades.

E uma pena levíssima. Dois anos de prisão é a condenação para morte por atropelamento, por exemplo. O colunista Zózimo, que propagandeia e policia o high-society carioca, previa um mínimo de 4 anos e talvez 20. O advogado Heleno Fragozo disse que, em termos legais, a sentença "chega às raias do ridículo; pode até ser anulada, por ser manifestamente contrária a prova dos autos". Sílvia Frazão, uma amiga de Angela, também uma "pantera" das colunas sociais, uma das estrelas do julgamento com seu colante cor de vinho, brilhantes nos braços e corrente de ouro nos tornozelos declarou: "Eu me preocupo é com a deslavada impunidade que atinge no Brasil os assassinos covardes e estúpidos". Ela comentava as acusações que lhe moveram os advogados de Doca - de que seria dona de motéis em Copacabana e na Tijuca. "Este é um país que perdeu o respeito por si próprio".

Justiça de homens contra as mulheres

Foi uma sentença de homens que, inevitavelmente, acobertou o preconceito arraigado que trata de forma desigual homens e mulheres que têm relações amorosas fora de seus parceiros constantes. A feminista Maria Carneiro da Cunha analisou o fato longo e judiciosamente em artigo na "Folha de S. Paulo" na última sexta-feira. Para ela, Angela é apenas uma de "uma vasta corte de mulheres que morreram igualmente pelas mãos de seus maridos, amantes, ou mesmo ex-maridos e ex-amantes, quase todos absolvidos". Ela relembrou vários casos - inclusive o de outra mineira, Jô de Souza Lima, conhecida de Angela, morta por seu ex-marido, o empreiteiro Roberto Lobato. Citou também pesquisa da antropóloga



Doca Street, de costas, e seu advogado Evandro, após a sentença.

Mariza Correa, que estudou crimes passionais julgados no Fórum de Campinas ao longo dos últimos 20 anos, a imensa maioria concluída pela absolvição do homem. Para Maria Carneiro, a questão é apenas aparentemente jurídica e técnica. De fato, "é de um julgamento moral que se trata". Nesses crimes, diz ela, os advogados de defesa falam sempre de moral e de família. Mas de que moral e de que família? Evidentemente, responde ela, da moral tradicional e da

família patriarcal, "onde a mulher deve obediência irrestrita ao marido e dele depende para todos os seus atos públicos e privados".

Toda a defesa baseou-se na tese de que Doca amava Angela desesperadamente e que a matou por ciúmes, levado a isso por legítima defesa de sua moral, conspurcada por mulher devassa que ia para a cama com outros e o provocava, inclusive com mulheres. A defesa - baseada num diário de uma alemã hoje desaparecida - disse que Angela teria chegado a acariciar as coxas dessa moça diante de Doca na praia, horas antes do assassinato. E que Angela teria dito a Doca que só o aceitaria se ele a admitisse com seus amantes. Angela teria, inclusive, chamado o playboy de corno, disse a defesa para os jurados.

Ângela e Doca: quem é a prostituta de alto luxo?

De todos os depoimentos, fica evidente que Angela era uma mulher infeliz, que após alguns anos de casamento tido como normal com um metodista rico, com quem teve 3 filhos, deixou o comportamento ortodoxo e enveredou por uma vida de aventuras regadas, como diz o repórter Ricardo Kotscho, do Repùblica, a "litros de vodka, papélotes de cocaína, maconha, um homi-

cídio, um sequestro e homossexualismo". Sequestrou uma filha no natal de 1974, para tê-la consigo no fim de ano. Teria tido um caso com um vigia de sua casa em Minas e este foi morto a tiros por um industrial seu amante. Viveu com Ibrahim Sued, o rei da coluna social. Nessa época, 1975, a polícia apreendeu tóxicos em sua casa e ela confessou-se viciada. Vivia há três meses com Doca, que era casado com uma Scarpa, família de milionários paulistas. Por três vezes tentou o suicídio.

Desse mar de infortúnios a defesa extraiu os detalhes que levantariam o machismo presente na cabeça de homens e mulheres, jurados e assistentes. Gastou horas mostrando como, por exemplo, era certo que Angela dormira com o vigia, já que a cueca desse tinha esperma e na cama da morta, na época, haviam os mesmos carrapichos que se encontravam na calça do vigia. "Mulher de escarlate de que fala o Apocalipse, prostituta de alto luxo da Babilônia, que pisava corações e com suas garras de pantera arranhou os homens que passaram em sua vida", disse Evandro Lins e Silva, considerado o maior advogado criminalista do país, defensor de Doca.

Mas quem seria Doca, o santo, cuja honra merecia ser resgatada de uma mulher indefesa através de quatro tiros na cara? A acusação tentou pintar Doca Street como um traficante de entorpecentes, mas não ofereceu outra prova que um recorte de jornal desmentido pelo suposto acusador, um ex-advogado de Doca. De fato, Doca sequer tem a ousadia de um traficante e é, segundo também a unanimidade de relatos obtidos fora da alta sociedade de amigos de seu pai, um desses parasitas de luxo da alta roda, "um playboyzinho tropical, tipo metido a machão, com notável talento para a vida à sombra de damas com polpudas contas bancárias". Foi salva-vidas de hotel em Miami, a serviço especial noturno de desquitadas endinheiradas, foi guia de safari no Quênia, em serviços do mesmo gênero, chefe do cerimonial da embaixada da Arábia Saudita em Washington e um negociante medíocre ancorado à sombra de um pai de atividades também obscuras, apoiado por sua vez nos restos de bens e de fama de Jorge Street, empresário paternalista da época da Revolução de 30, em São

Paulo.

Se Angela era a Babilônia, como disse o advogado, que Sodoma abrigaria Doca com seu físico privilegiado alugado a infelizes de alta renda, enfastiado demais a ponto de — como dizia — não ter tempo para o trabalho?

A justiça da legião de ricos

Angela não era uma pobretã. Filha de um humilde dentista e funcionário público de Minas era, no entanto, esperta e foi investindo em sua beleza e na moralidade decadente até chegar ao topo e a uma vida de luxo. Em 76, por exemplo, com 200 mil cruzeiros que Ibrahim Sued depositara em sua conta bancária, deu entrada numa casa em Búzios que valia 1,2 milhões, hoje 3 a 4 vezes mais. Consta que em sua caderneta de anotações apareciam nomes famosos que lhe deviam dinheiro por algum tipo de serviço. Mais do que Doca ela parece ter sido uma campeã da livre iniciativa, com o capital de que dispunha: inteligência e beleza.

No julgamento, porém, a alta roda não apareceu em sua defesa. E, inversamente, no lado de Doca surgiu uma legião de ricos. Dois ou três amigos dos muitos que tinham coisas a dizer contra o comportamento violento de Doca se omitiram, como Ibrahim Sued e Francisco Matarazzo III. Matarazzo III, que presenciou agressões de Doca a Angela teria inclusive de ter feito depoimento, obrigatoriamente, pois foi intimado por carta precatória.

Doca gastou pelo menos 15 milhões de cruzeiros em sua defesa, 10 milhões — estima-se — com seu advogado Evandro, um ex-ministro do Supremo Tribunal Federal. E toda a alta roda paulista interveio a seu favor, enviando cartas de elogios às virtudes morais do acusado, para serem anexadas ao processo. "Doca era amigo de um irmão meu, que já morreu. Frequentava a sociedade e nunca soube de nada que o desabonasse", disse o poderoso Júlio de Mesquita Neto, diretor principal e o maior acionista do S.A. O Estado de S. Paulo, um dos que escreveu em favor de Doca. Como ele, também escreveu gente como o ex-presidente do Jockey Club de São Paulo, José Cerquinho de Assunção; o secretário de Cultura do governo do Estado de São Paulo, Antônio Cunha Bueno; o ex-diretor do Banco do Estado de São Paulo, Jorge Arruda; Mauro Lindenberg, da Construtora Adolfo Lindenberg; Gastão Bueno Vidigal, dono do Banco Mercantil; e outros, num total de 50 nomes do jet-set. Para estes, mais do que Doca, contava a moral da grande burguesia paulista tradicional, da qual Jorge Street, o avô direto de Doca seria um protótipo. Street tinha uma tecelagem, a Maria Zélia e era dado a compensar com assistência social os baixos salários que pagava aos operários: construiu uma vila para suas famílias, onde os abrigava sob regras exóticas, que iam do toque de recolher, à proibição de bebidas alcoólicas e lições de higiene.

Em defesa desses valores é que Evandro Lins e Silva, outrora Ministro de Jango Goulart e seu conselheiro, empregou todo o seu talento e sua retórica de "profundo conhecedor da alma humana". "Doca é neto de um homem que foi um dos pioneiros da legislação trabalhista no Brasil, Jorge Street", disse Evandro. Em nome dessa "boa linhagem", Evandro procurou desqualificar os depoimentos das empregadas domésticas que viveram com Angela e Doca por meses, todas unânimes em considerá-lo mau humorado, oportunista, explorador, ciumento doentio, violento e vadio. Evandro chamou as domésticas de testemunhas "cabrestadas", de "empregadinhas".

Para os jornalistas, talvez num momento de mais reflexão e desalento, disse o que parece ser uma confissão sobre o destino do setor da grande burguesia que ele hoje representa: "Como na canção, já fui rei, já fui cantor, já fui guerreiro. Hoje sou advogado de Doca Street".

Os culpados: nem a Máfia e nem a psicologia humana

O que explica o bárbaro crime passionai cometido pelo playboy bonito pretendido por incontáveis mulheres? Para os dos advogados da acusação, por trás de tudo está mesmo é a Máfia, "que tem destruído nossos lares e viciado nossos filhos", disse numa alusão aos incontáveis crimes envolvendo sexo, drogas e a alta roda brasileira nos últimos tempos. "Há muita lama, muita podridão nesse processo", disse ele; "a verdade tem de ser dita, custe o que custar". Para ele, Doca jamais agiu em legítima defesa de sua honra mas sim em defesa de sua boa vida, de seu oportunismo e em defesa de amigos traficantes de entorpecentes e que estão instalados dentro da alta sociedade do Rio e de São Paulo.

Para seu psicólogo, Doca foi movido por problemas internos seus. "Ele queria uma mulher que fosse sua mãe e amante, que o chamasse de gostoso na cama e de meu filhinho na hora da comida. Quando Angela não quis saber mais dele, Doca ficou desesperado, sentiu que tinha perdido tudo aquilo que nunca teve".

Afinal, onde está o monstro que levou Doca ao crime? Está no fundo da alma do playboy e ninguém teve nada a ver com isso, ou é uma Máfia misteriosa que não faz parte da nossa boa sociedade burguesa e latifundiária e que apenas lhe perturba o bom funcionamento? Analisando o crime, algumas feministas chegaram a achar mesmo que o problema se limitaria ao fato de que ninguém tinha nada a ver que Angela dormisse com esse ou aquele outro, sugerindo que tudo iria bem se cada um seguisse seu rumo livremente.

O mais notável no tormento amoroso de Doca e Angela é que duas pessoas aparentemente tão livres e liberadas sexualmente, com todas as facilidades, recursos e tempo para se amar na boa vida que elas tinham, sonham chegaram apenas a um estado de exasperação e violência que acabou com a saída o assassinato. Angela e Doca, segundo todos depoimentos, passavam dias trancados no quarto, na certa tentando se amar e viver "livremente".

Foi inútil, no entanto. O casal chegou apenas ao vazio e ao paroxismo que vem se revelando constante em vários casos desse tipo, como o de Cláudia Lessin e outros. Esgotadas as várias posições e artifícios — alguns conhecidos milenarmente — que prazer se pode ter desligado da vida e do mundo, mesmo os tais felizardos da boa vida cujo ócio, em última instância, é sustentado pelo suor e miséria dos de baixo? Que outros supostos prazeres são possíveis a não ser através da ilusão das drogas e dos tóxicos?

E o mais instrutivo de tudo é que toda essa vida de aparente liberdade não fez crescer em muitos milímetros a mentalidade de Doca e Angela — gente provocativa ou ciumenta, possessiva ou volúvel. E Doca acabou cometendo o mesmo crime passionai, estúpido e violento, que se esperaria mais de um trabalhador deseducado e limitado sexualmente. Prova de que a liberdade não virá por onde a procuraram Angela Diniz e Doca Street.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *Folha de São Paulo*
Data *30/10/79*
Pág. *17*

Pasta n.º

N.º do recorte

F/SO 30/10/79
px 17
**Cinco meninas
da Febem fogem
do sanatório**

SANTO ANDRÉ — Cinco meninas, com idades entre 12 e 16 anos, e recolhidas pela Febem, fugiram anteontem à noite do Sanatório Palmares, na rua do mesmo nome, em Santo André.

Elas atearam fogo nos colchões do dormitório, simularam uma briga e, no tumulto que se seguiu, tiveram a fuga facilitada.

Moradores se unem por creches ^{no 9} ^{cul 199}

Depois de vários meses de reuniões nos bairros periféricos da cidade, o Movimento de Luta por Creches ganhou as ruas finalmente: realizou um ato público dia 7, no pátio do Colégio São Bento, com mais de 300 pessoas, e promoveu uma manifestação no gabinete do prefeito, no Ibirapuera, também com mais de 200 pessoas.

E o resultado dessa união dos vários grupos de moradores já causou algum efeito. Na reunião que tiveram com o prefeito, no último dia 10, os representantes dos moradores de 26 bairros da Capital receberam a promessa de que serão construídas 830 creches. Pelo menos foi o que anunciou o prefeito, ao afirmar que pediu um empréstimo de 9 bilhões de cruzeiros para o BNH (Banco Nacional de Habitação), não apenas para creches, mas também para a construção de escolas, centros esportivos e outras obras na periferia.

No primeiro ato público do movimento, a comissão de moradores e trabalhadores da Zona Leste distribuiu um documento que denuncia a precariedade das creches existentes em São Paulo (ao todo 102, com cerca de 9 mil crianças matriculadas), quando existem um milhão de crianças necessitadas, pois a grande maioria é mantida por entidades particulares com muita dificuldade, já que o poder



Nair Benedito



Nair Benedito

público contribui com apenas 70% das despesas.

De acordo com o documento, "na maioria das creches da periferia, a verba mal dá para pagar os funcionários, que passam dez horas trabalhando e recebem apenas o salário mínimo". Os moradores da Zona Leste querem receber 100% de auxílio e defendem maior participação dos pais na solução dos problemas de cada estabelecimento, pois atualmente estes não podem opinar nem mesmo sobre o horário de funcionamento.

Além disso, os integrantes do movimento criticam os convênios que a Prefeitura mantém com as entidades particulares, porque quase sempre os pais são obrigados a arcar com as despesas não pagas pelo poder público. E, nessas creches, os serviços prestados são considerados "de favor" e não como um direito dos trabalhadores.

Enquanto aguarda a concretização da promessa do prefeito (construção de 830 creches, a partir de 1980), o Movimento de Luta por Creches continua promovendo a discussão do problema nos bairros, e ampliando a mobilização de moradores da periferia para uma grande assembleia de avaliação, a ser realizada no mês de dezembro, com a participação das regionais Norte, Sul, Leste Oeste, Sudeste e Intersindical.

Na Semana da Criança, ao ser interrogado por um garoto de dez anos, morador de um bairro pobre da periferia de Brasília, sobre o que faria se o seu pai ganhasse salário mínimo, Figueiredo não teve dúvidas: "Eu dava um tiro na cuca".

